

Página Inicial

Agenda de Eventos

Especial - Acordo Ortográfico

Artigos

Artigos de IC

Blog

Reflexões sobre o ensino de línguas

Resenhas

Textos Literários

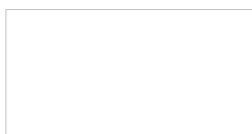
Edições Anteriores

Junte-se a nossa lista de e-mails!

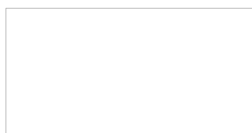
Email Address

Subscribe

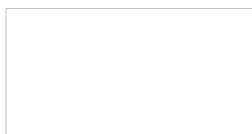
Veja também:



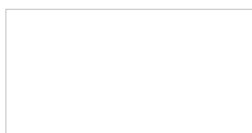
Instituto Matoso Câmara



Biblioteca Digital Mundial



Blog do Co-editor Joel Sossai Coleti



Ceditec

LATIFÚNDIO E ESCOLA RURAL EM *S. BERNARDO*: O PROCESSO ALEGÓRICO NA CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS

Helton Menézio Rocha^[1]

INTRODUÇÃO

A escola rural em *S. Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos, assim como o ciúme, pode ser vista como um subtema que sustenta o enredo do romance, pois, ao construí-la, o intuito da personagem Paulo Honório foi formar eleitores para eleger os candidatos do partido do qual ele era membro, fortalecendo-o como coronel e, no fundo, dentro a obra, beneficiando o Governador do Estado, trazendo para si o apoio deste. Em outras palavras, assim como, de acordo com Juarez Filho (2006), a Revolução de 30 é a causa da crise e do abatimento da personagem, motivando-a a escrever sua biografia, a escola rural é o enfoque de algumas páginas porque se buscou através dela atenuar a influência direta que o capital externo, simbolizado na figura dos credores (bancos), impunha ao personagem-narrador.

Subjacente então à teoria de Juarez Filho (2006), em que para ele o livro traz como tema o coronelismo, o objetivo deste trabalho será fazer um paralelo com outros estudos a cerca dos ensinios primário e secundário no Brasil, todavia anteriores e/ou contemporâneos à época em que o romance foi publicado, mostrando que o tema "educação" estava dentre uma das preocupações do escritor alagoano.

Para isso, o quadro político correlato aos fatos em *S. Bernardo* será o descrito por Nagle (apud BARBOZA, 2006, p. 29-30), segundo o qual

a implantação do regime republicano não eliminou os clãs rurais e os grandes latifúndios, pelo contrário, o novo regime contou com a força dos coronéis, o que fortaleceu a formação das oligarquias regionais. Os interesses agrários ainda estavam acima dos valores industriais e urbanos, o que dificultava qualquer mudança na estrutura política. O voto era um instrumento sem compromisso ideológico: o número de eleitores era reduzido, uma vez que poucos habitantes tinham condições de participar das eleições; o voto era aberto e a maioria dos que votavam estava presa ao compromisso coronelista, isto é, os candidatos eram escolhidos de acordo com os interesses das elites agrárias e não havia espaço para a divergência de opiniões entre grupos políticos.

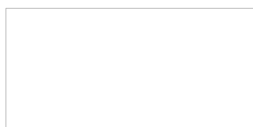
Analisando a figura de Paulo Honório, este será visto como um ser politicamente estruturado, fazendo parte de um grupo cuja fonte de renda era a exportação de produtos agrícolas (JUAREZ FILHO, 2006).

PAULO HONÓRIO

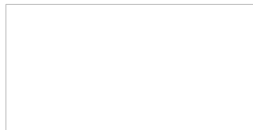
Segundo o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de



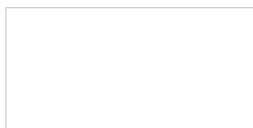
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Dicionário de Termos Lingüísticos



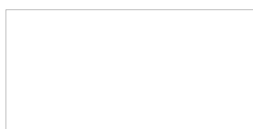
Domínio Público



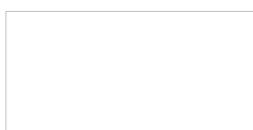
GEScom



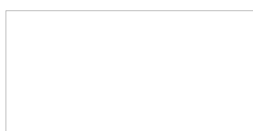
GETerm



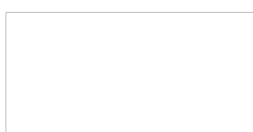
iLteC



Institut Ferdinand de Saussure



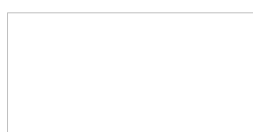
Letr[a]s.etc.br



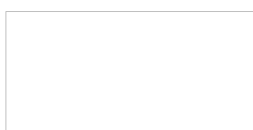
Portal da Língua Portuguesa



Portal de Periódicos Capes



Portal de Revistas Científicas Persee



Revue Texto!

Letras (Companhia Editora Nacional, 2008), a palavra “lambuja” significa “alguma coisa que se ganha além do esperado”. Em *S. Bernardo*, as relações justamente se dão por interesses. Nada acontece gratuitamente, mas visa ao poder político local mediante o lucro financeiro. Ao planejar o livro que contará a sua vida, Paulo Honório está pensando na vantagem que isso lhe trará, vantagem “direta e indireta”, como ele mesmo diz por preterição, ao negá-la. Caso contrário, por que um homem que pagou ao filho de seu antigo patrão um preço irrisório por uma bela propriedade e anos mais tarde haveria de arrelhar-se com a esposa devido a seis contos de réis empregados na aquisição de material escolar para os filhos de seus trabalhadores, em sua opinião dinheiro esbanjado à toa, iria dizer ser indiferente à “vantagem direta ou indireta” que a publicação de suas memórias pode render? Que pretende ele com isso se se atentar para algumas passagens no livro notar-se-á um Paulo Honório mesquinho e egoísta explorando seus trabalhadores?

Segundo Juarez Filho (2006), Paulo Honório mente; quando muito oculta os fatos porque faz parte de um grupo estruturado politicamente. Ele é coronel, membro de um partido político, e há em curso um movimento revolucionário para arrancar-lhe o poder que dispõe (JUAREZ FILHO, 2006). Sendo assim, para este autor, o livro não é uma simples história de amor, o relato de um homem terrivelmente arrependido de seus atos após o suicídio da mulher, mas (também) uma interpretação dos fatos históricos em marcha.

Voltando ao começo do romance, dividido o livro em partes Paulo Honório as distribui aos amigos. Padre Silvestre fica “com a parte moral e as citações latinas”. O advogado João Nogueira, com a “pontuação, a ortografia e a sintaxe”. Arquimedes, com a “composição tipográfica”. Lúcio Gomes de Azevedo Gondim fica com a “composição literária”. Com exceção do tipógrafo do *Cruzeiro*, têm-se aqui os pilares que constituíam a sociedade, esta sob as ordens do Presidente da República, ordinariamente um coronel: um padre, representando o clero, ou seja, a Igreja; um advogado, representando as leis; e por último Gondim, jornalista e literato, burguês servil, representante portanto da elite cultural. E todos a princípio, curiosamente, estavam de acordo em colaborar para um coronel latifundiário...

Graciliano Ramos está expondo a realidade de um tempo que ele viveu. Nesse sentido, podemos considerá-lo um realista. Não é à toa que após a “revolução de outubro” Paulo Honório diz ter afastado João Nogueira e padre Silvestre da fabricação do livro. Ambos estão em desacordo com ele. A essa altura, cabe aqui uma pergunta: historicamente, teria a Igreja motivos para, após a Revolução de 30, afastar-se dos coronéis que por décadas se mantiveram no poder? Tudo indica que sim.

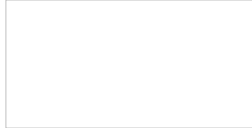
Em *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*, Souza (2008, p. 37-38) afirma que a nação brasileira, idealizada pelos republicanos, seria consolidada através da educação. Caberia à escola popular propalar valores cívico-patrióticos e muitos desses valores abordavam a família, a religião e o trabalho, este cada vez mais tendo sua relação com o operariado controlada pelo Estado durante a década de 1920, em consequência dos movimentos sindicais.

Através do que também pesquisou Barboza (2006), é possível chegar à mesma conclusão. Analisando a *Cartilha do Operário* e o livro *Leituras do Operário*, de Theodoro de Moraes (1884-1956), que por décadas circularam especificamente para a alfabetização de jovens e adultos, percebe-se, nos dois livros, conteúdos que visavam à educação cívica e moral da sociedade, especialmente no caso dos imigrantes. O Estado, se por um lado centralizava as relações trabalhistas (fator essencial para a modernização do Brasil que se dava pela crescente industrialização), por outro lado investia maciçamente na educação, ampliando a rede escolar sob um regime cada vez mais centralizador que culminaria no Estado Novo. De qualquer forma a Igreja, sendo contra a desordem social que o fantasma do comunismo poderia trazer, após a Revolução de 30 estaria sempre ao lado do Estado, embora, vale lembrar, o ensino brasileiro fosse, em sua essência, laico.

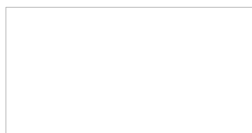
Ainda em *S. Bernardo*, aparentemente de braços cruzados, Paulo Honório “traça o plano, introduz na história rudimentos de agricultura e pecuária”. Em outras palavras, dita as normas e supervisiona o que está sendo feito. Daí afirmar-se que os fatos no primeiro capítulo do romance giram em torno de interesses. A divisão o faz economizar tempo, assegurando-lhe a qualidade do trabalho que será posto em circulação. Quando isso não ocorre, e a qualidade é prejudicada, ele se zanga com o responsável. É o que se vê acontecer com Gondim após o afastamento do vigário, que, na verdade, é quem se afasta dele.

E se por um lado Paulo Honório está buscando acompanhar a modernidade, está do outro enraizado em suas origens, a ponto de pensar em utilizar a lambujem para conseguir dos jornais locais elogios do seu livro e no final do mesmo capítulo alterar-se com o redator e diretor do *Cruzeiro*, por causa de dois capítulos datilografados, os quais ele não gostou.

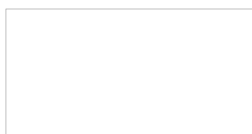
Como se pode ver, Paulo Honório é uma personagem complexa. Para Juarez Filho (2006), o processo de atribuição de funções citado acima é uma concepção do modo de produção que faz com que Paulo Honório esteja a um patamar acima dos coronéis



Texto livre



TRIANGLE



UEHPOSOL

anteriores à década de 1920. Trata-se das ideias de Ford, em parte incorporadas por Delmiro Gouveia, coronel também, famoso na época por modernizar sua fazenda, ambos discretamente citados no capítulo 8, e que fazem do personagem-narrador um “coronel industrialista” (JUAREZ FILHO, 2006). Assim, aperfeiçoa-se o que Coutinho (apud LAFETÁ, s/d, p. 196) dissera a respeito de Paulo Honório, que este se tratava de um “representante da modernidade que entra no sertão brasileiro”.

Outro fato que corrobora para as afirmações de que Paulo Honório é uma personagem complexa, no mínimo ambígua, é que, afastada a cooperação de todos, ele dirá, preservando a sua face: “As pessoas que me lerem terão, pois, a bondade de traduzir isto em linguagem literária [...]” (RAMOS, 2007, p. 13). Isto é, enquanto artista ele se considera uma lástima. Aliás, em conversa com dona Glória, Madalena e Azevedo Gondim, é contra o Grêmio Literário e Recreativo, preferindo um hospital à instituição que presta serviços culturais, segundo ele “para o Nogueira ler um romance de mês em mês”.

[...]

- Quem se habitua aos livros...

- É não habituar-se, interrompi. E não confundam instrução com leitura de papel impresso.

- Dá no mesmo, disse Gondim.

- Qual nada!

- E como é que se consegue instrução se não for nos livros?

- Por aí, vendo, ouvindo, correndo mundo. O Nogueira veio da escola sabido como o diabo, mas não sabia inquirir uma testemunha. Hoje esqueceu o latim e é um bom advogado.

- Entretanto o senhor acha o hospital necessário. E porque não deita fora os seus tratados de agricultura?

- É diferente. Em todo o caso suponho que os médicos estudam menos nos livros que abrindo barrigas, cortando vivos e defuntos em experiências. Eu, nas horas vagas, leio apenas observações de homens práticos. E não dou demasiado valor a elas [...]. (RAMOS, 2007, p. 104-105)

Como um homem desses pode querer escrever um livro? E se o faz, é para quê?

No postácio da 84ª ed. de *S. Bernardo* (Record, 2007), Godofredo de Oliveira Neto diz que para alguns críticos a obra se trata de um romance ideológico porque o autor estava politicamente engajado em seu tempo. Sabe-se que Graciliano Ramos exerceu cargos importantes na administração pública de Alagoas, seja como prefeito de Palmeira dos Índios, seja como diretor da Imprensa Oficial ou como diretor da Instrução Pública. Portanto, era ele um homem que se informava dos fatos que estavam ocorrendo no país.

Em relação à Revolução de 30, por exemplo, e da posterior, conhecida como Revolução Constitucionalista, através da análise de sua correspondência ativa é possível verificar o exposto acima.

A carta que menciona os fatos da primeira revolução data de Maceió, no dia 7 de outubro de 1930. Nela o autor se refere aos “boatos de uma eminente revolução”. Graciliano tranquiliza a mulher, embora confesse ter andado com medo. No dia 10 de outubro, do mesmo mês, envia-lhe outra carta. Um tanto jocosamente, menciona que na capital de Alagoas nada houve de perigoso e, às 2h da manhã do dia 11, escreve-lhe outra vez para dizer que por volta da meia-noite procurou informar-se no Palácio dos Martírios (sede do Governo do Estado) e lá achou o lugar deserto.

A carta mais expressiva é endereçada ao pai, no dia 3 de agosto de 1931, em que diz:

[...] As nomeações de delegados de polícia não valem nada, só servem para alimentar a vaidade de alguns coronéis que estavam encostados há vinte anos e que agora infelizmente surgiram. O que nos falta é um plano de trabalho, uma orientação segura, coisa que só será obtida por gente que conheça as necessidades e as possibilidades do Estado [...]. (RAMOS, 1982, p. 119)

A missiva trata de uma denúncia. Após a Revolução de 30, os vitoriosos passaram a perseguir os “desafetos políticos vencidos através do Decreto Federal 19.811, de março de 1931, pelas Juntas Estaduais de Sanções”. E Graciliano Ramos fora “acusado de desviar 1.020\$000¹²¹ quando prefeito de Palmeira dos Índios. Reunida, a Junta julgou impropriedade a denúncia e arquivou o processo” (RAMOS, 1982, p. 224).

Ao que tudo indica, os coronéis de Alagoas, após a Revolução de 30, tentaram uma manobra para desestabilizar as mudanças políticas em andamento no estado, prejudicando aqueles que não agiam segundo seus interesses. Graciliano sabia disso, tanto que em maio de 1930 passaria a ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial, em Maceió. Após a Revolução, teria ele se demitido do cargo de Prefeito de Palmeira dos Índios, no interior de Alagoas, no dia 10 de abril, e se instalado na capital, procurando manter-se próximo ao governo, o que de fato parece ter ocorrido, pois em 1933 o nomearam diretor da Instrução Pública, cargo hoje equivalente a Secretário Estadual da Educação (RAMOS, 2007, p. 239).

O fato é que o Graciliano percebera muito bem a situação do quadro político da época a ponto de fazer alusão aos coronéis como fez.

Também endereçada ao pai, a próxima carta data de 30 de maio de 1932. Graciliano, tendo sofrido uma queda, havia sido operado para livrar-se de um abscesso na perna e saíra do hospital. Recuperava-se em casa, na capital Maceió. *S. Bernardo* apareceria na carta seguinte, de 20 de agosto do mesmo ano. Restabelecendo-se agora em Palmeira dos Índios, na fazenda do pai, ele diz à mulher, aludindo aos personagens do romance que então escrevia:

[...] Durante o dia converso com seu Ribeiro, com Azevedo Gondim, com o Padilha e com a Madalena. São os companheiros que aqui estão sempre, mas as conversas deles estão-se tornando muito cacetes [...]. (RAMOS, 1982, p. 120)

Ao que tudo indica, o escritor procurava informar-se pelos jornais e rádios sobre os acontecimentos políticos:

[...] Depois que cheguei, a minha ocupação é fumar. Fumar e ouvir, à noite, as potocas que nos mandam do Rio e de S. Paulo. (Ibidem)

[...] Vou ler os jornais: dizem que há novidade grossa. 10 de setembro de 1932 - 3.º mês da Revolução de S. Paulo. (P. dos Índios). (Ibidem, p. 124)

Temos estado muito preocupados com o fim da encrência de S. Paulo. Parece que está tudo liquidado, mas aqui não se sabe nada com certeza. O que temos é uma chusma de boatos sem pé nem cabeça. Algumas informações vagas que o telégrafo recebe não vêm de fonte oficial. Em todo caso parece que caparam S. Paulo [...]. (Ibidem, p. 127)

Seguindo o raciocínio de Juarez Filho (2006), tem-se a afirmação de que “o pensamento de Graciliano é o econômico”. Godofredo de Oliveira Neto pensou de maneira coerente com a dele, se atentar ao fato de que é impossível falar em economia sem deixar de mencionar a política. Política e economia se entrelaçam e andam juntas.

Do mesmo modo que Candido (2006) vê no romance dois “movimentos” e Lafetá (s/d) enxerga dois elementos (*personagem x ação*) que se interagem, dando ritmo e compoendo a sua construção, Juarez Filho (2006) menciona que *S. Bernardo* “apresenta um duplo”, ou seja, há dois sentidos para a obra existir: no primeiro, trata-se da obra ideológica para fins políticos, na qual Paulo Honório, vendo-se diante de um quadro político nacional irreversível, tentará voltar ao poder. Já no segundo, temos a “História do Brasil e seus processos de poder e dominação” contada por Graciliano, pois, ao utilizar tipos sociais (o padre, o advogado, o bacharel, o literato servil), Graciliano está fazendo alegoria histórica. Num primeiro instante, o momento histórico é transportado para a ficção e seus principais personagens começam a agir, uma vez que o autor, conscientemente, dá “voz” a eles. Quando isso ocorre o escritor adquire uma “onisciência histórica dos fatos” e os personagens (pessoas reais) atuam historicamente, isto é, dentro do romance

desempenham os mesmos papéis que na vida real. Interpretando a obra, observa Juarez Filho (2006, p. 24), o leitor reinterpreta a história. A literatura surge como uma ferramenta para se adquirir “conhecimento cognitivo da história” (JUAREZ FILHO, 2006, p. 4). A título de exemplificação, ainda com esse autor,

[...] as atitudes de Paulo Honório, no início do seu mandato em São Bernardo é muito parecido com as atitudes de Epitáfio Pessoa, com melhorias no Nordeste; depois a constante luta entre ele e seus vizinhos parece aventar as relações em estado de sítio de Arthur Bernardes; e finalmente a pacificação de sua gestão com a entrada de Madalena para mediar as relações trabalhistas, lembram Washington Luís. Assim, o coronel máximo da década de 20 é sempre o Presidente da República. E o que é São Bernardo? (JUAREZ FILHO, 2006, p. 77)

Poder-se-ia responder: o Brasil.

Juarez Filho (2006) deixa claro: tal leitura alternativa para a obra de Graciliano Ramos surge porque na fortuna crítica do autor de *Vidas secas* não se havia bem definido se a revolução que “eclode pouco após a morte de Madalena é ou não a Revolução de 30 e, principalmente, qual era a função desta revolução na economia do romance”. Na perspectiva desse autor, diante dos fatos que analisou, o tema do livro é o coronelismo e a Revolução de 30, parte integrante do tema. A teoria do arrependimento e confissão é excluída. Paulo Honório não se arrepende de nada; antes, tudo não passa de armação.

ALEGORIA HISTÓRICA

Em sua análise, Juarez Filho (2006) chega à conclusão de que o tema “educação” é fundamental para o desenrolar dos fatos em *S. Bernardo*; sobretudo para o destino de Paulo Honório. Em sua mocidade, este se alfabetizou por meio de uma Bíblia “dos bodes” enquanto cumpria pena na cadeia por esfaquear João Fagundes. E esta alusão, encontrada no capítulo 21 do romance, não deixa de ser uma explicação um tanto jocosa quanto à origem das habilidades mercantis do narrador, habilidades essas que foram iniciadas em sua infância, quando era vendedor de doces e depois guia de cego; e, também, de sua inclinação desmedida ao lucro financeiro: ele possivelmente a herdou dos protestantes. O fato é que, alfabetizado, ao sair da cadeia, tira o título de eleitor e com ele pode ascender-se socialmente. Pereira, agiota e chefe político local na época, empresta-lhe cem mil réis. Assim começa a trajetória de um homem obstinado a enriquecer-se, que andarà pelo sertão realizando todo tipo de transação.

Como se pode ver, Paulo Honório é membro de um grupo político estruturado. Ele não age sozinho, há um chefe e esse no início é Pereira. Para Juarez Filho (2006), é o próprio Pereira quem lhe protege no cárcere e no futuro o chamará para tomar o lugar de Luís Padilha na administração de S. Bernardo, visivelmente em ruínas, pois o personagem, ao dizer no primeiro parágrafo do capítulo 4 “Resolvi estabelecer-me aqui na minha terra”, está omitindo os fatos (JUAREZ FILHO, 2006). S. Bernardo é considerada uma excelente propriedade; não pode ficar nas mãos de qualquer um – principalmente nas mãos de Padilha, que não sabe como conduzi-la.

Percebe-se que o tema “educação” está aqui relacionado tanto ao apoio político quanto ao sistema eleitoral, pois era com base no número de eleitores que o coronel se estabelecia como autoridade legitimada, neste caso o Pereira; futuramente, o próprio Paulo Honório. Não se pode esquecer: título de eleitor, dinheiro (terras) e apoio político são capitais extremamente importantes no período da Primeira República. A escola primária, além de capacitar trabalhadores para o mercado em ascensão, proporcionava eleitores nas zonas rurais; estes, nas urnas, conferiam poder aos partidos políticos, cujos membros eram, em sua maioria, latifundiários.

Diferente era a situação dos estudos secundários. Tratava-se da educação de um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais ou da incipiente classe média urbana, cuja formação fundamentada nos estudos desinteressados expressava a distinção cultural de uma elite, destinando-se a uma finalidade muito específica, isto é, a preparação para os cursos superiores. Assim, os vínculos da escola secundária com o processo de modernização da sociedade brasileira nos primórdios da República foram concebidos em outros termos. [...] Desvinculada de uma utilidade imediata em relação ao mundo do trabalho, a formação das classes dirigentes continuou privilegiando a arte da expressão, a erudição lingüística, o escrever e o falar bem, o domínio das línguas estrangeiras e a atração pela estética literária. (SOUZA, 2008, p. 89-90)

Em *S. Bernardo*, a figura de Luís Padilha ilustra muito bem o que foi dito por Souza. Ele encarna o tipo do oligarca em decadência, que fracassa na continuação do poder latifundiário de que a família dispunha. Até escrever contos ele escreve, publicando-os no jornal de Azevedo Gondim.

Adquirida a propriedade, surge um empecilho: Mendonça e a antiga questão quanto à demarcação dos limites de terra entre as propriedades S. Bernardo e Bom Sucesso. A tensão que envolve o conflito chega a ser gritante:

Contei rapidamente os caboclos que iam com ele, contei os meus e asseverei que a cerca não se derrubava. Explicações, com bons modos, sim; gritos não. (RAMOS, 2007, p. 32)

De fato, conflitos como esse não se resolvem como no passado, aos “gritos”, e já aqui se tem um paralelo de dois coronéis distintos. Paulo Honório, por sua vez, está a um patamar acima do vizinho, pois traz em si elementos novos: existem meios legais de se obter o que quer e ele não hesita em usá-los. Daí constatar a sua perspicácia em manter perto de si figuras como o padre Silvestre, o advogado João Nogueira, Gondim, entre outros. Em relação à Madalena, esta será estudada em capítulo à parte.

Voltando à questão, no capítulo seguinte – o 6 – a tensão continua. Vê-se Paulo Honório trabalhando com afinco, escrevendo cartas aos bancos, inclusive ao governador do Estado. Àqueles solicita empréstimos; a esse, a dispensa de imposto sobre maquinismos que intenciona importá-los. A intriga entre ele e Mendonça segue permeando as páginas. Em uma cena importante, que fortalece a tese de Juarez Filho (2006), segundo a qual Paulo Honório pertencia a um grupo político que fazia da educação uma ferramenta para manter-se no poder, estando em casa de Mendonça, ele diz:

[...]

- Pois até logo, exclamei de chofre. A eleição domingo, hem? Entendido. Mato um... (la dizer um boi. Moderei-me: todo o mundo sabia que eu tinha meia dúzia de eleitores) um carneiro. Um carneiro é bastante, não? Está direito. Até domingo.

E saí, descontente. [...]

Percorri a zona da encrenca. A cerca ainda estava no ponto em que eu a tinha encontrado no ano anterior. Mendonça forcejava por avançar, mas continha-se; eu procurava alcançar os limites antigos, inutilmente. [...] (RAMOS, 2007, p. 38)

Há, visivelmente, o choque de duas forças. Para que Paulo Honório possa prosperar ainda mais é necessário eliminar a outra força que o aborrece e o impede de executar seus planos. Assim, Mendonça irá morrer domingo à tarde, ao voltar da eleição. O ritmo da narrativa será interrompido para a apresentação de seu Ribeiro na história. Este, em tempos anteriores, chegou a impor respeito e era uma figura notável, todos lhe consultavam. Seu Ribeiro, aliás, como deixa claro o narrador, era quem mandava no povoado em que vivia. No instante da enunciação, sabe-se que o senhor alto, magro, curvado e de suíças, está arruinado. O verbo *dar* e *ouvir*, no pretérito perfeito do indicativo, no período “Dei-lhe alguma confiança e ouvi a sua história, que aqui reproduzo pondo os verbos na terceira pessoa e usando quase a linguagem dele” (RAMOS, 2007, p. 43), contrapõe-se a *reproduzir*, que está no presente do indicativo, ou seja, no tempo pretérito o narrador instala o tempo presente justamente para criar um efeito de distanciamento. Ao pôr em seguida os verbos na terceira pessoa, ele deixou de ser subjetivo e se tornou objetivo. Na Pragmática, o discurso principiou-se com a *debreaagem actancial enunciativa* passando para a *debreaagem actancial enunciva* (FIORIN, 2007). Em todo o romance apenas duas vezes isso acontece: nesta e quando Paulo Honório resume o caso do Jaqueira, no capítulo 26, para mostrar que, na situação em que estava, achando-se traído pela mulher, poderia matar Padilha (contudo não o faz). Nas entrelinhas, pode-se supor que ele está tentando insinuar, via discurso, pelo processo da *debreaagem actancial enunciva*, que não é o Jaqueira (pelo menos não no que diz respeito à violência humana, ele não é um bruto, assassino, como Madalena mesmo diz). Mas isto quem diz é ele, sem dizer explicitamente. Assim, fica evidente quem foi o mandante do crime que tirou Mendonça do seu caminho.

Ao descrever seu Ribeiro, “pondo os verbos na terceira pessoa”, Paulo Honório estabelece um paralelo. Contando a história deste, tem-se de um lado o progresso e de

outro o passado, o obsoleto. Tem-se a urbanização *versus* “povoação”. Este termo é o próprio personagem quem o diz. Seu Ribeiro é, pois, o exemplo claro de quem não soube acompanhar o ritmo do seu tempo (LAFETÁ, s/d). Até quando se expressa o seu vocabulário se afasta da realidade, tornando-o pitoresco, ao contrário da figura imperativa de Paulo Honório, que acompanha o ritmo do tempo e pensa em modernizar sua fazenda. Dentro da narrativa isso fica bem evidente.

Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E impostos. (RAMOS, 2007, p. 46)

Juarez Filho (2006), ao analisar “o major”, considerou-o um “tipo de mandonismo anterior ao de Paulo Honório”. Mandonismo que prevaleceu no Segundo Império. A velha Margarida representaria a dominação no Primeiro Império e Regência.

No capítulo 3, nos é dito que Margarida está com 100 anos. Se no momento em que Paulo Honório escreve esse capítulo estamos, como afirmo, em março de 1932, e sendo ela representante da Guarda Nacional, não seria de se espantar que seu nascimento coincida com a fundação da Guarda, ou seja, nos anos de 1831 e 1832, quando foram publicados os decretos de sua criação. (JUAREZ FILHO, 2006, p. 87)

Em outras palavras,

Margarida representaria a aristocracia açucareira. Negra, velha, doceira, seu mundo é o tacho para queimar açúcar. (JUAREZ FILHO, 2006, p. 88)

A idade de seu Ribeiro, ao encontrar-se com Paulo Honório, torna-se significativa para a interpretação do texto, uma vez que 70 anos não é uma idade qualquer. Segundo Juarez Filho (2006), ela remete diretamente ao ano de 1850, quando a Guarda Nacional sofreu a sua primeira reforma.

Como para Juarez Filho (2006) a velha Margarida e seu Ribeiro cumprem uma função no romance, o mesmo se dará com Madalena. Casando-se com ela, Paulo Honório encontra uma forma de manter sob seu domínio a estrutura política da região. Como bem disse Juarez Filho (2006, p. 115), a união de ambos “não é apenas a união de um ser com outro (de um fazendeiro com uma professora normal), tampouco o de um coronel e uma professora, mas do coronelismo com a oposição que defendia mudanças nas relações sociais”. No entender do autor, o acordo entre Washington Luís e Getúlio Vargas:

Tomando Madalena como uma representante do “discurso pré-trabalhista”, podemos ver que a decisão de Paulo Honório de se casar com Madalena corresponderia à atitude de Washington Luís de trazer para o governo Getúlio Vargas: o de aliar-se a uma estrutura que pudesse controlar os crescentes problemas da assim chamada “questão social”. E isso explicaria, via alegoria, o motivo pelo qual o ano de 1928 não foi narrado [no romance]: Getúlio entrou no governo em março de 1927 e se retirou em 1928 para governar o Rio Grande do Sul, e só voltou ao cenário nacional em 1929, quando anunciou sua decisão de concorrer à Presidência da República. (JUAREZ FILHO, 2006, p. 102)

Como se verá a seguir, Paulo Honório perderá o controle e sucumbirá porque a esposa tem, segundo ele, laivos socialistas/comunistas, ou, no dizer de Juarez Filho (2006), trabalhistas.

A partir do exposto acima, infere-se que a educação é o grande meio pelo qual o Brasil será mudado na década de 1920. O Estado, em outras palavras, tomaria atitudes centralizadoras (tanto na esfera da educação, com os constantes investimentos na implantação de escolas noturnas e do aprimoramento dos currículos escolares (BARBOZA, 2006), como também na esfera política), que paulatinamente melhorariam o sistema

eleitoral, solapando o poder que os grandes latifundiários impunham. Esses, coronéis, barões do café em São Paulo e da cana-de-açúcar em grande parte do Nordeste, ver-se-iam ameaçados pelos industriais e submetidos aos banqueiros. Nas páginas finais de *S. Bernardo* vê-se isto: Paulo Honório tendo que pedir auxílio aos bancos, que lhe negam empréstimo.

A ESCOLA

Depois de ver-se livre de Mendonça e de ter encontrado seu Ribeiro, empregando-o em S. Bernardo, Paulo Honório começa a prosperar. Passam-se cinco anos, e muitas coisas acontecem.

Alcansei mais do que esperava, mercê de Deus. Vieram-me as rugas, já se vê, mas o crédito, que a princípio se esquivava, agarrou-se comigo, as taxas desceram. E os negócios desdobraram-se automaticamente. [...]

Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei maquinismos e não prestei atenção aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. (RAMOS, 2007, p. 48-49)

Como se pode observar, ele é ousado, quer ir além dos que estão ao seu lado e buscará meios para isso. Quando receber a visita do Governador do Estado, sua ascensão ao poder estará completa, pelo menos a ascensão no meio em que vive, isto é, em Viçosa, interior de Alagoas. Surgirá então a questão da escola.

O governador gostou do pomar, das galinhas Orpington, do algodão e da mamona, achou conveniente o gado limosino, pediu-me fotografias e perguntou onde ficava a escola. Respondi que não ficava em parte nenhuma. No almoço, que teve champanhe, o dr. Magalhães gemeu um discurso. S. ex.^a tornou a falar na escola. Tive vontade de dar uns apartes, mas contive-me. (RAMOS, 2007, p. 50)

A escola vem relacionada ao discurso político. A partir daí ela será vista como um “capital” nas mãos de Paulo Honório, uma vez que, através dela, ele pode trazer a “benevolência do governador para certos favores” que tenciona solicitar. Lafetá (s/d, p. 197) chega à mesma conclusão ao dizer que “o motivo que deflagra a terceira parte [do romance] é a construção da escola”, pois, ao fazê-la, realizará “um bom negócio - um negócio que agradará ao Governador e lhe renderá, portanto, certas vantagens”. Paulo Honório, que é dono de terras e tem trabalhadores sob suas ordens, de repente se vê dependente de alguém politicamente mais importante. E conclui: “a escola seria um capital. Os alicerces da igreja eram também capital.” Ou seja, ao seu lado ele tem o apoio de padre Silvestre porque, ao construir a igreja, traz para si a simpatia do vigário, que dele certamente falará bem para os seus paroquianos.

Educação e religião são vistas pela personagem como ferramentas para manipular os empregados da fazenda. Se, de acordo com Juarez Filho (2006), “S. Bernardo-fazenda” é o Brasil alegorizado, infere-se que Graciliano está insinuando que o catolicismo e a educação nacionais eram utilizados para manobras políticas, a fim de que a elite, naquela época profundamente ligada à oligarquia, ou a própria oligarquia, se mantivesse no poder.

Ainda no que diz respeito à escola, é favorecendo o governador nas eleições, através da escola que irá construir, que Paulo Honório pensa em obter a proteção daquele contra credores. Estes, sim, ameaçam-no, botam-lhe medo.

Madalena, desse modo, surgirá aos poucos, até se perceber que a professora terá grande importância para o enredo do romance, afinal ela irá casar-se com ele. Antes, porém, Paulo Honório fará o convite a Luís Padilha para vir a ser o professor da escola. A descrição deste é curiosa, tendo uma proximidade com Graciliano. Além de ser ateu e literato, é filho de um latifundiário em decadência, assim como o personagem Luís da Silva, em *Angústia* (1936). Fica-se sabendo também que padre Silvestre sofre uma “queda” política, foi eleito prefeito, mas não o deixaram tomar posse do cargo. Seu perfil psicológico é avultado quando o advogado João Nogueira explica que o vigário é revolucionário e pretende salvar o país por processos violentos, para estremecimento do personagem-narrador (RAMOS, 2007, p. 60).

O que chama a atenção nessa passagem é exatamente o discurso do advogado. Se o vigário pretende salvar o país, pressupõe-se que ele esteja em perigo. Mas quem o ameaça? Isso não é dito, e como ninguém se manifesta contrariamente, pressupõe-se também que haja um consenso de que realmente o país esteja em perigo. Enfim o romance é perpassado por uma luta entre ideologias, seja entre Azevedo Gondim e Paulo Honório quanto à linguagem do livro malogrado, no primeiro capítulo, seja entre Paulo Honório e Mendonça após a posse da fazenda, quanto à demarcação das terras, seja até mesmo entre Paulo Honório e Madalena quanto à situação de penúria de Marciano e sua família, mais adiante, o fato é que há sempre um conflito de classes envolvendo *S. Bernardo*, são elas que desempenham uma função produtiva, quer seja um bem material, quer seja um bem cultural (portanto, ideológico, como é o caso do vigário). Percebe-se ainda que Paulo Honório, ao escrever *S. Bernardo*, almeja apoderar-se da produção cultural, uma vez que a escola fracassa por a educação estar vinculada à esfera política, e esta lhe foge ao controle, quando estoura a revolução. Ele é proprietário (produz bens materiais), é membro de um partido político (ajuda na produção de uma ideologia e esta ideologia, como mostra Juarez Filho (2006), é a ideologia coronelista), a única função produtiva que lhe falta é a de bens culturais. E por que esta? Porque a produção de bens materiais é mediada pela instância política, que produz as leis. Esta sendo solapada, a capacidade de produzir é comprometida (a carta em que Paulo Honório solicita a dispensa de impostos na aquisição de novas máquinas é um bom exemplo de como a instância política pode favorecer a produção de riquezas). *S. Bernardo* é, portanto, sua última tentativa de se manter no poder ou de fazer parte dele, uma vez que só quem produz é quem se mantém nele. Não importa se trate de bens materiais ou culturais, a palavra de ordem no universo de Paulo Honório é produzir, é tirar lucro de alguma coisa, fazer lambujem.

Outros fatos importantes se darão e estes farão com que Paulo Honório se revele ao leitor. Um deles será a respeito do patriarcalismo. Ao dizer no capítulo 11 “Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito e difícil de governar”, ele revela uma importante característica sua: ele é reacionário, tanto que, ao deparar-se com Luís Padilha discursando para Marciano e Casimiro Lopes algumas ideias (ao que tudo indica) marxistas, ficará furioso. Expulsando-os, dirá:

- [...] Com um professor assim, estou bonito. Dou por visto o que este sem-vergonha ensina aos alunos. (RAMOS, 2007, p. 68)

Padilha se defenderá, jurando “por todos os santos que a escola funcionava regularmente e fazia cortar o coração deixar tantas crianças sem o pão do saber”. Em relação às teorias ditas, fora “só para matar o tempo e empulhar o Casimiro”, que a princípio refutara o discurso do outro dizendo que as “coisas no mundo sempre tinham dono”.

Neste ponto, vale lembrar aqui o que diz Botton (2005) em relação aos oprimidos. Para esse autor, que analisou o sofrimento causado pelo desejo de status em diversas sociedades, os opressores sempre buscaram justificar a opressão. Estudando as várias concepções de poder dominante ao longo dos tempos, ele diz que já na Grécia antiga justificava-se a escravidão. “Esta claro que alguns homens são livres e outros são escravos por natureza e que para estes últimos a escravidão é conveniente e correta”, disse Aristóteles em sua *Política* (350 a. C) (apud BOTTON, 2005, p. 50). Trabalhadores e escravos, como eram vistos como pessoas desprovidas de inteligência, submetiam-se às vontades de seus senhores sem nenhum constrangimento ou hesitação. Botton (2005), continuando, diz que a própria justificativa de opressão era aceita pelos oprimidos. Era-se até bom estar submetido às ordens de um dono ou patrão: além de natural, tal fato era inalterável, pois advinha de forças maiores.

Séculos depois, para alguns teóricos,

uma boa parte da sociedade cristã assumia a forma de uma monarquia absolutista rigidamente estratificada, que se dizia refletir a estrutura de um reino celestial. Assim como Deus exercia um poder absoluto sobre toda a criação, dos anjos ao menor dos sapos, entendia-se que seus governantes nomeados na terra também presidiam uma sociedade onde Deus tinha dado a todos seu lugar, do nobre ao lavrador. (BOTTON, 2005, p. 51-52)

Indagar, portanto – conclui o autor – que tais pensamentos eram injustos e deviam ser mudados, para esses teóricos era o mesmo que contrariar as ordens de Deus. Botton (2005) diz que certo John de Salisbury, no ano de 1159 tornar-se-ia conhecido por

comparar a sociedade a um corpo humano e assim justificar o sistema de desigualdade amparado nas leis da natureza.

No relato de Salisbury, cada parte do Estado podia se relacionar com uma parte do ser humano: o governo era a cabeça; o parlamento, o coração; o tribunal, os flancos; os funcionários públicos e juizes eram os olhos, os ouvidos e a língua; a barriga e os intestinos eram o tesouro; as forças armadas eram as mãos e os camponeses e trabalhadores, os pés. A imagem sugeria que todos na sociedade tinham recebido papéis inalteráveis e que teria sido tão peculiar para um camponês solicitar residência em uma mansão senhorial e ter voz ativa no governo quanto para um dedão querer ser um olho. (BOTTON, 2005, p. 52)

Somente mais tarde surgiram ideias que se iriam contrastar com as que então predominavam. John Lock (apud BOTTON, 2005, p. 53), em *Dois tratados sobre o governo* (1689), diria:

Deus não dera a Adão, racionou Lock, o “domínio privado” sobre a terra. Ele havia dado a terra à “humanidade em comum”, para o desfrute de todos. Os governantes eram os instrumentos do povo e só podiam ser obedecidos à medida que servissem ao interesse geral. Nascia aqui uma idéia surpreendentemente moderna: de que a justificativa dos governos estava em sua capacidade de promover oportunidades para a prosperidade e a felicidade de todos os governados.

Essa nova maneira de pensar as relações sociais culminaria na Revolução Americana (1776), influenciada em pensadores iluministas, como Jean-Jacques Rousseau. Anos mais tarde, em 1789, seria a vez dos franceses promoverem a Revolução Francesa.

Portanto, Casimiro Lopez, ao dizer “as coisas desde o começo do mundo tinham dono”, pode ser visto como uma referência a um tempo anterior à Revolução Francesa, mas que ainda perdurava no Brasil. Até seu aspecto corrobora para isso: ele não passa de um bruto, faz tudo que Paulo Honório lhe manda, acredita em tudo que lhe dizem. Como o próprio personagem-narrador diz, ele não passa de um “crédulo”. A sua ignorância, no entanto, vale lembrar, é fruto da exploração.

Paulo Honório, encarnando a figura paternalista (ele quer ser um legítimo patriarca e procurará uma esposa, a fim de gerar um “herdeiro para as terras de S. Bernardo”), a partir de agora se verá dentro de uma complexa rede de relações políticas, em que apenas é um membro desta. A personagem mais alta, sem dúvida nenhuma, é o Presidente da República.

Olhando agora para o que Juarez Filho (2006) disse, se Paulo Honório, dentro da alegoria histórica, pode ser visto como o Presidente da República, quem seria esses credores que lhe causam receio?

O capital estrangeiro, que continuamente entrava no país, aumentando o número de indústrias e bancos, pedindo novas leis que enfraqueceriam o poder dos coronéis.

MADALENA

No dia seguinte à visita do governador, João Nogueira trará Luís Padilha para tratar a respeito da escola com Paulo Honório. Retornando do campo, este irá encontrá-lo com o advogado e Azevedo Gondim conversando a respeito de “umas pernas e uns peitos”. Ao vê-lo, os três fingem compostura:

- Mulher educada, afirmou João Nogueira. Instruída.

- E sisuda, acrescentou Azevedo Gondim. (RAMOS, 2007, p. 53)

Padilha, no entanto, não encontra “qualidade que se compare aos peitos e às pernas”, aguçando a curiosidade de Paulo Honório, que mais tarde perguntará, quando a

conversa for retomada:

- De quem são as pernas? (RAMOS, 2007, p. 54)

Graciliano Ramos, como percebeu Lafetá (s/d), dá novos rumos ao enredo do romance, que aos poucos vai ganhando novos matizes. Para o crítico, o

capítulo nono entretece alguns motivos novos - e o leitor percebe que o romance vai ganhar rumo diferente. O estilo se distende um pouco, a tensão arrefece. A preferência do narrador volta-se agora para a técnica da cena, e surgem os detalhes concretos, as caracterizações mais alongadas dos personagens, os diálogos miúdos sobre assuntos do dia-a-dia. O tom compacto se esgarça de leve e a narrativa salta de um tema a outro. (LAFETÁ, s/d, p. 197)

Esse voltar-se para a “técnica da cena”, dando-lhe um caráter pitoresco, constitui um momento fundamental no livro, pois, “aparentemente simples”, como disse Lafetá (s/d), são magistrais. Através deles, Madalena será introduzida naturalmente na história, assim como o desejo de casar-se do personagem-narrador, que não lhe vem gratuitamente. A título de exemplo, entre os diálogos citados acima, Paulo Honório levará o advogado João Nogueira ao seu escritório e lhe dará dinheiro para que ele trabalhe em vários processos a seu favor. Ao por em primeiro plano uma conversa banal, põe em segundo aquilo que deveria estar evidenciado.

Os vários motivos que as compõem [as páginas] parecem ligar-se apenas casualmente, como assuntos que brotam com naturalidade do trato cotidiano dos homens e das coisas. (LAFETÁ, s/d, p. 198)

É claro, não ficaria bem ao Paulo Honório alegar descaradamente que ele pagava ao advogado João Nogueira para este realizar chicanas a fim de trazer-lhe benefícios. Pelo contrário, as informações dão-se de maneira sutil, elas vêm através de um estilo elíptico:

[...] Abri o cofre e entreguei ao advogado duas pelegas de duzentos. Seu Ribeiro tremeu no borrador um lançamento circunstanciado e afastou-se discretamente. João Nogueira sentou-se, passou o recibo, tirou papéis da pasta e explicou-me o estado de vários processos. Logo no primeiro convenci-me de que os quatrocentos mil-réis tinham sido gastos com proveito. Os outros também iam em bom caminho. O tabelião é que não inspirava confiança. E o oficial de justiça. Arame.

- Claro. Faça promessas, dr. Nogueira. Não adiante um vintém. Prometa. O pagamento no fim, se eles forem honestos. (RAMOS, 2007, p. 54)

Como alega Juarez Filho (2006), Paulo Honório mente. É preciso duvidar de suas palavras, contrapondo-as às suas ações. Assim, no que se refere aos seus negócios particulares, não há no livro ato digno em que se possa dizer que ele agiu honestamente alguma vez. Todavia, suas ações carregam por trás segundas intenções. Veja-se, por exemplo, o que ele diz no capítulo anterior a respeito delas:

[...] A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de S. Bernardo, considereei legítimas as ações que me levaram a obtê-las. (RAMOS, 2007, p. 48)

Candido (2006) tem uma síntese para defini-lo a qual para este trabalho não pode passar despercebida. Em *S. Bernardo*,

a técnica é determinada pela redução de tudo, seres e coisas, ao protagonista. Não se trata mais de situar um personagem no contexto social, mas de submeter o contexto ao seu drama íntimo. [...] O mundo áspero, as relações diretas e decisivas, os atos bruscos, a dureza de sentimentos, tudo que forma a atmosfera de *São Bernardo* decorre da visão pessoal do narrador. (CANDIDO, 2006, p. 109)

Indo, pois, à casa do dr. Magalhães, Paulo Honório buscará a princípio resolver a "questão do Pereira". Segundo Lafetá (s/d), "a presença de Madalena insinua-se por entre os retalhos da conversa banal e interesseira na casa do juiz, e a figura dela vai aos poucos tomando conta do espírito de Paulo Honório" (p. 198). É interessante pensar que ele, num primeiro momento, lá vai porque relaciona seus negócios com o juiz aos "predicados" da filha deste, dona Marcela. A ideia de casar-se já está tomada, falta-lhe escolher a esposa. Será nesse momento que Madalena surge, impressionando-o:

D. Marcela sorria para a senhora nova e loura, que sorria também, mostrando os dentinhos brancos. Comparei as duas, e a importância da minha visita teve uma redução de cinqüenta por cento. (RAMOS, 2007, p. 74)

De acordo com Lafetá (s/d),

a comparação entre D. Marcela e Madalena líquida, para Paulo Honório, o valor da primeira. Por isso afasta-a do espírito e trata de arrancar o despacho do juiz de que precisa. Mas, se D. Marcela foi afastada, é a vez de Madalena penetrar nas suas preocupações; o terceiro olhar (a terceira notação) mostra, não apenas a observação fria do primeiro ou a aprovação tácita do segundo, mas um certo grau de envolvimento e de fascinação: "A loura tinha a cabecinha inclinada e as mãozinhas cerradas, lindas mãos, linda cabeça." O diminutivo (mãozinhas, cabecinha) não descreve apenas, imprime à descrição um certo grau de afetividade que a repetição do adjetivo (lindas, linda) vem reforçar. (LAFETÁ, s/d, p. 199)

Juarez Filho (2006, p. 26), entretanto, considerou o surgimento de Madalena por outro viés, o qual pare este trabalho não é menos importante. Vendo o romance sob a teoria da alegoria histórica, Madalena não se trata de esposa caridosa, mas está representando um papel político, assim como o personagem-narrador.

[...] Ao longo das décadas Madalena acabou sendo, mais abertamente ou não, associada aos pensamentos socialista ou comunista, ou mesmo à bondade cristã e à superioridade do intelectual sobre o capitalista. No meu trabalho, se olharmos alegoricamente, não há nada disso na política brasileira da década de 1920: o que há, como força de confrontação ao *status quo* do coronel, é o *trabalhismo*. (JUAREZ FILHO, 2006, p. 26)

O autor continua:

[...] o trabalhismo foi um discurso que se criou por necessidade de oposições e por algum projeto industrialista, mas nunca como conteúdo de mudanças radicais na sociedade. Foi uma adequação às transformações econômicas internas e às mudanças políticas externas: assim como Getúlio [Vargas] era muito sensível aos fatos do mundo no qual ele vivia, Madalena lia os telegramas estrangeiros. (Ibidem, p. 29)

Levando isso em consideração, a escolha desta em vez de d. Marcela é significativa, pois Madalena desempenhará um papel mais importante do que a filha do dr. Magalhães. A começar, Madalena é professora, escreve em jornais e julga a instrução fator

essencial à melhoria da população. D. Marcela, por sua vez, limita-se a falar a respeito de filmes que assistiu no cinema com o pai. Segundo: tratando-se de beleza física, aquela é também inferior a essa. Em vista disso, o que Paulo Honório lamentará no final do livro será mais do que a perda da esposa, mulher caridosa, será a perda “do poder direto sobre o trabalhador, de castigar o empregado fisicamente, de dispor dele”, porque a partir daquele momento (o suicídio da mulher) “as relações de trabalho serão mediadas por um poder central, burocrático e impessoal” (JUAREZ FILHO, 2006, p. 70). Paralelamente, a morte de Madalena está relacionada à Revolução de 30.

Em relação à educação, a escola sairá das mãos dos coronéis e passará a ser de inteira responsabilidade do Estado. Caberá aos municípios administrar o ensino primário; ao governo estadual, o secundário; o ensino superior será administrado pelo governo federal. Os três estariam subordinados ao Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931 (SOUZA, 2008). De acordo com a autora, isso “possibilitou maior intervenção do governo federal no ensino e maior centralização, permitindo que a educação servisse de forma mais sistemática aos propósitos do Estado autoritário” (Ibidem, p. 147). A reforma Francisco Campos de 1931 no ensino secundário, especificamente nos programas do curso fundamental, visava implantar as “bases da organização escolar sobre a qual ocorreria a expansão do ensino nas décadas seguintes” (Ibidem, p. 163). Para a autora, as mudanças operadas nas disciplinas dos cursos secundários “repercutiram na institucionalização da escola, introduzindo os ciclos como estratégia de diversificação dos estudos e abalando a primazia das humanidades” (entenda-se aqui humanidades como as ciências humanas: latim, grego, francês, inglês, alemão, literatura, filosofia, sociologia etc.), que até então se destinava às elites. Em outras palavras, “a escola secundária haveria de se abrir a diferentes públicos escolares e vincular-se com o universo do trabalho” (SOUZA, 2008, p. 165).

Finalizando, Juarez Filho (2006) também questiona o casamento de Paulo Honório com Madalena. Em sua análise, o autor traz argumentos bastante plausíveis para afirmar que aquele foi forçado a se casar. Não que falte aos fatos narrados indícios que comprovem estar Paulo Honório gostando de Madalena, a ponto de querer casar-se com ela, mas por avultar em certos períodos indícios que corroboram para a ideia de que ele foi pressionado a casar-se justamente com ela porque havia em Viçosa um processo escolar em andamento e Madalena participava dele ativamente (JUAREZ FILHO, 2006, p. 191).

No diálogo sobre a escola no capítulo 9 vê-se que todos os participantes do partido estavam envolvidos com a questão escolar. E que a ida e permanência de Madalena em Viçosa tinham o beneplácito e o apoio direto de todos os membros do partido. A escola foi imposta por todos de seu partido e só aceita por estar Paulo Honório assustado com os credores (SB, pp. 44-45) e, por Paulo Honório também afirmar que gente letrada na lavoura arruinaria a colheita (SB, p. 44), mostra sua oposição inicial à idéia. Ele só a aceita por achar que poderá se livrar de dívidas, ou melhor, se recapitalizar. E insinua assim que os desastres em São Bernardo pelo tempo de Padilha se devem a ele ser letrado. (JUAREZ FILHO, 2006, p. 191)

Como Juarez Filho (2006) percebeu, a visita do governador está fortemente ligada ao rompimento das relações entre Paulo Honório e o grupo do Pereira, seu antigo patrão. Para o autor, ou a visita foi a causa da separação entre eles, ou ela obrigou o personagem-narrador a fortalecer-se com novas alianças, para não se ver enfraquecido. Tal rompimento o fará perder o apoio de Costa Brito, proprietário da *Gazeta*, que passará a publicar em seu jornal insultos ao proprietário de S. Bernardo. Em vista disso, Paulo Honório irá presentear Azevedo Gondim, redator e diretor do *Cruzeiro*, com vinhetas, depois construirá a escola, trazendo Luís Padilha; somente em última instância casar-se-á com Madalena.

Vê-se assim como o protagonista agiu a fim de contrabalancear as medidas tomadas por seus inimigos. O que ele não contava é que Madalena fora criada por d. Glória e, dentro da perspectiva da alegoria histórica, esta é uma figura “típica da pequena burguesia” (JUAREZ FILHO, 2006). Segundo o autor, “essa camada social foi uma das maiores opositoras ao sistema coronelista e em grande parte a base popular que sustentou a Revolução de 30” (Ibidem, p. 191).

Nas palavras de Filho (Ibidem, p. 195), Madalena

era a proposta de melhoria de condições no trato da questão social e mais, casando-se com ela, poderia imaginar que a colocaria sob controle: ela era um capital, ou seja, ele controlaria, via Madalena, o projeto educacional. Não nos esqueçamos, educação igual a controle eleitoral.

Madalena, sob a perspectiva da alegoria histórica, “deixa de ser pessoa e passa a representar formas mais republicanas do agir político” (JUAREZ FILHO, 2006, p. 196). Perdendo-a, Paulo Honório está perdendo o apoio que essa relação lhe concerne.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese essa afirmação, mas eliminando as intenções econômicas de Paulo Honório ver-se-á fechada a escola, pois esta surge apenas para fazer política, favorecendo-lhe diante do Governador do Estado. Nesse sentido, o fator econômico na obra de Graciliano Ramos condiciona o universo romanesco (JUAREZ FILHO, 2006). Este se encontra dividido; cada parte, por sua vez, tem a sua função segundo os interesses em conflito. Basta lembrar a frase “Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho”, no primeiro capítulo que abre a obra. Ou seja, a forma de execução do projeto de fabricação do livro é similar à forma de como a sociedade está organizada, isto é, em classes.

Como se procurou mostrar neste trabalho, através de Souza (2008) e Barboza (2006), por meio da educação vinculava-se na década de 1920, tempo em que se transcorre boa parte dos acontecimentos em *S. Bernardo*, valores cujos intuitos eram controlar as massas, enfraquecer gradativamente a influência dos grandes latifundiários e instaurar um Estado forte, totalitário, capaz de combater forças opostas aos seus princípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOZA, Andressa Cristina Coutinho. **Cartilha do Operário**: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2006.

BOTTON, Alain de. **Desejo de Status**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Lingüística II**: princípios de análise. (Org.) 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

JUAREZ, Edmundo Filho. **História e alegoria em São Bernardo de Graciliano Ramos**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

LAFETÁ, João Luiz. **O mundo à revelia**. In: RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

NETO, Godofredo de Oliveira. **Posfácio**. In: RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 84. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 84. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

_____. **Cartas/Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2)

[1] Graduado em Letras pela Faculdade Anhanguera de Santa Bárbara. E-mail: helton.menezio@hotmail.com

[2] Um conto e vinte mil-réis.



Todos os textos publicados podem ser livremente reproduzidos, desde que sem fins lucrativos, em sua versão integral e com a correta menção ao nome do autor e ao endereço deste site.

